

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 903.450 RORAIMA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DE RORAIMA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: FRANCISCO DE ASSIS BARROS DE OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GIL VIANNA SIMÕES BATISTA</b>

**EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REVISÃO GERAL ANUAL. LEIS ESTADUAIS Nº 331/2002 E Nº 339/2002. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA Nº 280/STF. INCIDÊNCIA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

### **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agrado regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 903.450 RORAIMA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO DE ASSIS BARROS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: GIL VIANNA SIMÕES BATISTA

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pelo ESTADO DE RORAIMA contra decisão que prolatei, assim ementada, *verbis*:

***“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE GERAL ANUAL. LEIS Nº 331/2002, Nº 339/2002 E Nº 391/2003 DO ESTADO DE RORAIMA. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA Nº 280 DO STF. RE INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA D DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. RECURSO DESPROVIDO.”***

Inconformado com a decisão supra, o agravante interpõe o recurso alegando, em síntese:

*“Passa-se ao exame do fundamento defendido na decisão ora impugnada, qual seja a aplicação da súmula 280/STF (‘Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário’).*

*Observa-se, concessa venia, que esta não deve ser aplicada ao caso em questão. Vê-se que o Extraordinário, ao argumentar a inobservância da norma contida no art. 165, § 2º, §8º e 169, § 1º,*

**RE 903450 AGR / RR**

*todos da CF pelo acórdão recorrido, não buscou a análise de normas locais.*

*[...]*

*Observa-se, que esta não deve ser aplicada ao caso em questão. Vê-se que o Extraordinário, trouxe diversos dispositivos constitucionais tidos por violados. A legislação estadual trazida à baila pelo agravante foi somente para fundamentar ainda mais seu apelo, já que a legislação local apresentada comprova que não poderia a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Roraima (Lei 339/02) ter criado direito subjetivo ao pagamento de Revisão Geral anual para o ano de 2003 para os servidores, independentemente da ausência de previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual daquele ano, com violação direta ao art. 169, § 1, da CF, na medida em que considerou suficiente apenas a Lei 33/02 (Lei de revisão geral anual) que tinha limite de aplicação temporal ao ano de 2002.” (Fl. 65).*

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 903.450 RORAIMA

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que o agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual a mesma deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Com efeito, o Tribunal de origem decidiu a questão atinente à revisão geral anual no patamar de 5% da remuneração dos servidores públicos estaduais, com amparo na interpretação da legislação infraconstitucional local aplicável à espécie.

Destaco passagem ilustrativa do acórdão recorrido:

*“Aduz o Apelante sobre a existência de óbice a revisão geral anual de 5% (cinco por cento), referente ao exercício de 2003, nos termos da Lei n. 339/2002, pois esta teria traçado apenas diretrizes sem prever dotação para atender os gastos com aumento de remuneração, nem indicou orçamento para contemplar as referidas despesas de pessoal.*

*Nessa esteira, tenho a convicção que tal alegação do Agravante não merece prosperar, vez que consignei claramente na decisão às fls. 12/13, dos autos em apenso:*

*‘Quanto a Lei nº 331/02, é específica, editada na forma determinada na Constituição Federal para a concessão da revisão geral anual, e o Estado de Roraima é obrigado a cumpri-la, tomando as medidas necessárias para tanto, dentre as quais podemos exemplificar a alteração das leis que estabelecem o vencimento de seus servidores e a inclusão na lei orçamentária estadual.*

**RE 903450 AGR / RR**

*Outras duas leis foram editadas sobre o assunto, dentre elas a Lei nº 339/2002, a qual prevê:*

*'Art. 41. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, cujo percentual está definido na Lei nº 331, de 19 de abril do corrente ano.'*

*E a Lei nº 391/2003, que alterou o artigo supra destacado:*

*'Art. 1º. O art. 41, da Lei nº 339 de 17 de julho de 2002, passa a vigor com a seguinte redação:*

*'Art. 41. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes: executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais, em percentual a ser definido em lei específica'.'*

*Não obstante, a referida lei, a meu ver, não inovou ou extrapolou os limites próprios de uma lei de natureza orçamentária, mas apenas ratificou a revisão que dantes já fora estabelecida, sem especificar o índice, enquanto a nova lei específica não for editada'. (sem grifo no original).*

*Deste modo, o que a Lei n.º 339/02 fez foi autorizar a revisão geral no percentual que já havia sido estabelecido pela Lei n.º 331/02 e que estava sendo aplicado." (fls. 213-216).*

Como se pode perceber, infirmar os fundamentos do aresto recorrido reclamaria o reexame da legislação infraconstitucional local aplicável à espécie, especificamente as Leis Estaduais nº 331/2002 e nº 339/2002, o que não se revela possível na estreita via extraordinária.

Com efeito, a violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional local torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal, *verbis*: "Por ofensa a

**RE 903450 AGR / RR**

*direito local não cabe recurso extraordinário”.*

Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere das seguintes decisões, em casos análogos ao dos autos: RE 902.541, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 21/8/2015; RE 901.604, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 10/8/2015; RE 905.360, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 2/9/2015; RE 905.747, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 26/8/2015; e RE 893.786-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 4/9/2015, que possui a seguinte ementa:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. REVISÃO GERAL ANUAL: NATUREZA JURÍDICA. LEIS ESTADUAIS NS. 331/2002 E 339/2002. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.”

*Ex positis*, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 903.450**

PROCED. : RORAIMA

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

AGTE.(S) : ESTADO DE RORAIMA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA

AGDO.(A/S) : FRANCISCO DE ASSIS BARROS DE OLIVEIRA

ADV.(A/S) : GIL VIANNA SIMÕES BATISTA

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma